



Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Coordenadoria de Infraestrutura - CIN/STI/SGE

TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO-IN 01/2019

Anexo I do Edital

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50300.005153/2023-31

Contratação Emergencial de solução corporativa de comunicação de dados capaz de prover a interligação da Sede da ANTAQ às Unidades Remotas nos Estados (Rede WAN) e conexão à Internet, conforme especificações, quantidades, exigências e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Brasília, maio de 2023
CIN/STI/SGE

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
17/04/2023	1.0	Versão inicial do documento	Belmiro Soares
18/04/2023	3.0	Versão para Pesquisa de Preços	Belmiro Soares
20/04/2023	4.0	Versão para Pesquisa de Preços corrigida	Belmiro Soares
12/05/2023	5.0	Versão com ajustes após o Parecer Jurídico	Belmiro Soares

TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 01/2019

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto deste certame é a contratação de empresa especializada que promova solução em serviços de telecomunicações, por meio de redes IP (Internet Protocol) multisserviços, utilizando tecnologia MPLS (Multi Protocol Label Switching), com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem, nas unidades da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em todo o território nacional.

1.2. Os serviços de telecomunicações compreendem fornecimento, instalação, implantação, configuração, gerenciamento proativo e manutenção de equipamentos e redes IP multisserviços, utilizando tecnologia MPLS, com QoS (Quality of Services), visando o atendimento das necessidades de todas as unidades da ANTAQ, provendo a intercomunicação delas entre si, com parceiros e com a rede mundial de computadores – a Internet.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. Bens e serviços que compõem a solução

2.1.1. O objeto deste certame é a contratação de empresa especializada que promova solução em serviços de telecomunicações, por meio de redes IP (Internet Protocol) multisserviços, utilizando tecnologia MPLS (Multi Protocol Label Switching), com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem, nas unidades da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em todo o território nacional e conexão a Internet, conforme especificações, quantidades, exigências e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Item	Cidade da Unidade	CATSER	Tipo de Link	Banda Mínima de Acesso Garantida Internet (Mbps)	Valor Mensal do Serviço (M)	Valor total do Contrato (M)* 6 meses
1	Brasília-DF	26506	Internet	200	R\$ 6.683,80	R\$ 40.102,82
2	Brasília-DF	26506	MPLS	200	R\$ 12.265,14	R\$ 73.590,83
3	Belém-PA	26506	MPLS	10	R\$ 3.932,12	R\$ 23.592,75
4	Curitiba-PR	26506	MPLS	10	R\$ 1.165,02	R\$ 6.990,14
5	Florianópolis-SC	26506	MPLS	10	R\$ 2.936,20	R\$ 17.617,19
6	Fortaleza-CE	26506	MPLS	10	R\$ 1.675,30	R\$ 10.051,80
7	Manaus - AM	26506	MPLS	10	R\$ 1.919,35	R\$ 11.516,08
8	Porto Alegre-RS	26506	MPLS	10	R\$ 1.822,93	R\$ 10.937,60
9	Porto Velho-RO	26506	MPLS	10	R\$ 1.302,03	R\$ 7.812,19
10	Recife-PE	26506	MPLS	10	R\$ 1.573,93	R\$ 9.443,57
11	Rio de Janeiro-RJ	26506	MPLS	10	R\$ 1.890,86	R\$ 11.345,14
12	Salvador-BA	26506	MPLS	10	R\$ 2.364,38	R\$ 14.186,28
13	Santos-SP	26506	MPLS	10	R\$ 931,81	R\$ 5.590,84
14	São Luiz-MA	26506	MPLS	10	R\$ 1.739,88	R\$ 10.439,29
15	São Paulo-SP	26506	MPLS	10	R\$ 1.369,69	R\$ 8.218,11
16	Vitória-ES	26506	MPLS	10	R\$ 1.688,42	R\$ 10.130,52
					R\$ 45.260,86	R\$ 271.565,17
						R\$ 271.565,17

2.1.2. As especificações técnicas mínimas estão detalhadas nos seguintes anexos deste Termo de Referência:

2.1.2.1. ANEXO B - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS;

2.1.2.2. ANEXO C – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS);

2.1.3. O custo estimado da contratação é de **R\$ 271.565,17 (duzentos e setenta e um mil quinhentos e sessenta e cinco reais e dezessete centavos)**.

2.1.4. Devido à padronização existente no mercado, os serviços de tecnologia da informação aqui pretendidos, atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que foram objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Assim, os bens/serviços objeto desta contratação são classificados como bens comuns na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002. Podendo, portanto, ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade pregão em sua forma eletrônica.

2.1.5. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

2.1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

2.1.7. O prazo de vigência do contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do dia 19 de maio de 2023 (dia seguinte ao da expiração da vigência do Contrato nº 08/2017).

2.1.8. A prestação do serviço será iniciada no dia 19/05/2023.

2.1.9. O contrato poderá ser encerrado antes do prazo de vigência, quando a nova solução de comunicação de dados para a ANTAQ estiver totalmente implantada.

2.1.10. A desativação dos links do contrato decorrente deste processo será gradual a partir do momento do recebimento definitivo de cada link da nova solução contratada.

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

- 3.1.1. Para atender sua missão e fornecer serviços à sociedade a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ necessita de uma infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC capaz de atender a contento tais necessidades.
- 3.1.2. Para viabilizar a execução de suas ações, a Antaq mantém e produz sistemas de informação transacionais, bases de dados, painéis informacionais e sistemas de Business Intelligence, que garantem a qualidade dos dados e das informações coletadas, produzidas, analisadas, processadas e disseminadas no âmbito de suas setoriais.
- 3.1.3. Tendo em vista a relevância das informações coletadas, e as mudanças e modernizações que os sistemas vêm sofrendo, é de extrema importância que a infraestrutura computacional do órgão acompanhe as mudanças e forneça toda a base operacional para os novos sistemas e serviços de rede que a Antaq necessita disponibilizar. Em virtude disso, a agência necessita de uma infraestrutura que garanta estabilidade, segurança, alta-disponibilidade e agilidade na utilização e no armazenamento de dados e informações.
- 3.1.4. A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) é a unidade responsável por desenvolver, aperfeiçoar, manter e dar suporte aos sistemas informatizados e aos bancos de dados da Antaq, administrando os recursos de informação e informática do órgão. Nesse aspecto, a STI, por meio da Coordenação de Infraestrutura (CIN) vem promovendo ações de melhoria na infraestrutura computacional da Antaq, visando o melhor aproveitamento de hardware, software, serviços de rede e utilização de novas tecnologias, contando com a infraestrutura já disponível e em utilização, com ativos de rede, balanceamento de carga, segurança de rede, infraestrutura de servidores de rede e etc. A modernização, sustentação e manutenção desta infraestrutura, tanto em nível de hardware quanto software, garante a robustez e a estabilidade dos serviços de Tecnologia da Informação (TI) da Antaq.
- 3.1.5. Seu ambiente tecnológico não é trivial, pois para dar o devido suporte ao perfeito funcionamento dos sistemas, aplicações e serviços que, faz-se necessário a construção de uma infraestrutura de TI, composta por variadas tecnologias e diversos elementos heterogêneos que compõem um ambiente tecnológico rico que mesmo sendo dotado de inteligência e/ou de recursos de auto monitoração, exige equipes especializadas nas respectivas tecnologias, e, mais, com conhecimento das políticas, regras, métodos e padrões, tanto dos antigos órgãos quanto dos que se espera ser utilizados no novo, para garantir a disponibilidade e integridade das informações e dos serviços prestados, bem como para a realização da gerência e administração dos recursos.
- 3.1.6. A necessidade da construção desta infraestrutura torna-se mais evidente quando percebe-se, principalmente com a ação governamental de digitalização de serviços públicos, onde a Antaq se tornou o responsável em suportar o contínuo aumento do acesso público aos serviços e às informações prestadas ao mercado aquaviário, que devem ser prestados com segurança, alta disponibilidade e desempenho.
- 3.1.7. Entretanto, a prestação do serviço público de qualidade para à população não depende somente dos melhores hardwares e softwares, a execução das políticas públicas de competência da Antaq é executada por todos os colaboradores que utilizam suas habilidades e competências para a execução da prática do "bem servir", por meio da execução dos seus processos de trabalho em suas áreas de atuação, não importando se são "áreas finalísticas" ou se são "áreas meio".
- 3.1.8. Boa parte dos processos de trabalho executada pelos colaboradores da Antaq operam em sistemas de informação, isto advém do papel fundamental que a TI adquiriu nos últimos anos. Neste contexto encontram-se os recursos de armazenamento de dados destinados aos Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBDs); serviços de compartilhamento de arquivos em rede (servidores de arquivos), que atende a todos os clientes internos, externos e demais; disponibilização de máquinas virtuais (Virtual Machines - VMs), que funcionam como servidores corporativos para atendimento a diversos serviços digitais da rede de dados do órgão e principalmente os recursos de armazenamento necessários à realização de cópias e recuperação que são amplamente utilizados para a operação das atividades administrativas pelos colaboradores da Agência.
- 3.1.9. Em 2017 foi firmado contrato CONT-SAF-ANTAQ Nº 08/2017 para possibilitar a comunicação entre as unidades da ANTAQ e entre elas e a Internet. Tal contrato estava previsto para ser encerrado no dia 18/05/2022 mas, devido à diversos fatores, teve que ser prorrogado excepcionalmente por 1 ano, sendo que o encerramento está previsto para 18/05/2023, não sendo possível de ser prorrogado. Sendo assim, torna-se necessária a contratação de um novo serviço de comunicação de dados entre as unidades da ANTAQ e entre elas e a Internet. Esta contratação é essencial para continuidade dos serviços prestados pela Agência, tendo em vista o serviço de comunicação permite o acesso aos sistemas e serviços sejam consumidos ou providos pela ANTAQ. Caso não seja contratada uma nova solução a descontinuidade será imediata para as unidades remotas da ANTAQ espalhadas no território nacional e só será possível acesso aos sistemas estando presencialmente na Sede da ANTAQ em Brasília.
- 3.1.10. Como o contrato CONT-SAF-ANTAQ/Nº 08/2017 (SEI nº 0271966) expirará em 18 de maio de 2023 e, por se tratar de serviço indispensável para ANTAQ, a Secretaria de Tecnologia da Informações - STI iniciou o processo 50300.022166/2022-94 e elaborou todos os artefatos necessários para a contratação de uma nova Solução de Comunicação de Dados.
- 3.1.11. Ocorre que, conforme já externado no Despacho CIN 1878960, surgiram alguns entraves para o prosseguimento célere do processo 50300.022166/2022-94, tais como:
- 3.1.11.1. A não publicação dos modelos de contratações de TIC de acordo com a IN SGD/ME nº 94/2022 e lei nº 14.133/2021, conforme a imagem abaixo:

www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/templates-e-listas-de-verificacao

Governo Digital

O que você procura?

gerenciamento de riscos.

Embora os modelos disponibilizados nesta página não sejam de utilização obrigatória, a Secretaria de Governo Digital recomenda o seu uso, uma vez que facilita a observância das disposições normativas que regem o processo de contratação de soluções de TIC. Também é possível realizar adaptações no modelos de acordo com as características de cada órgão ou entidade, observada a manutenção dos requisitos mínimos estabelecidos nas normas de contratação.

Em todo caso, convém ressaltar que planejamento das contratações de soluções TIC não se limita ao mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação, especialmente quando se tratar de adesão a atas de registro de preços, dadas suas características e procedimentos inerentes à sua realização. Dessa forma, o planejamento da contratação deve ser tomado como a realização diligente de estudos, análises e tomada de decisão apoiada em informações consistentes e pertinentes ao objeto da contratação, atendendo as finalidades precípua dos normativos que regem as compras públicas.

Templates de acordo com a IN SGD/ME nº 94, de 2022 regido pela Lei nº 14.133, de 2021

- Em breve

Templates de acordo com a IN SGD/ME nº 1, de 2019 regido pela Lei nº 8.666, de 1993

- [Documento de Oficialização da Demanda](#) (atualizado em 29/09/2021)

- 3.1.11.2. E o teor do Ofício Circular n. 00001/2023/COORD/ETRLIC/PGF/AGU (SEI nº 1878951) de 21 de março de 2023, bem como o e-mail (SEI nº 1878957);
- 3.1.12. Com isso, a STI iniciou o processo 50300.005153/2023-31, nos moldes da lei nº 8.666/93 e IN SGD/ME nº 01/2019, com vistas à realização de contratação emergencial por dispensa de licitação, mais célere, para manter a continuidade do serviço de comunicação de dados na Agência enquanto a nova solução não esteja contratada e implantada em perfeito funcionamento

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

3.2.1. A presente contratação está alinhada aos instrumentos de planejamento institucionais, conforme a tabela abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS			
ID	Objetivos Estratégicos		
O9	Objetivo 9 - Intensificar o uso de soluções tecnológicas na gestão processual. (Plano Estratégico 2021-2024 da ANTAQ)		
O16	Objetivo 16 - Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação. (Estratégia de Governança Digital 2020-2022)		
ALINHAMENTO AO PDTIC 2022-2024			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A10	Prover soluções de comunicação de rede de dados	M2	Prover soluções de conectividade.
A11	Prover soluções de comunicação multiserviço	M2	Prover soluções de conectividade.
A12	Prover serviço de comunicação unificada	M2	Prover soluções de conectividade.
ALINHAMENTO AO PAC 2023			
Item	Descrição		
26/2022	Contratação de serviços de telecomunicações (Internet, SDWAN, MPLS) para a Antaq		

3.3. Estimativa da demanda

- 3.3.1. A estimativa da demanda consta no Estudo Técnico Preliminar e no item 2 deste Termo de Referência.
- 3.3.2. Os quantitativos previstos são baseados nas necessidades atuais e futuras dos serviços.

3.4. Parcelamento da Solução de TIC

- 3.4.1. O parcelamento do objeto em lotes é inviável, pois o objeto deste TR é composto por uma única solução de comunicação de dados que interliga as Unidades Remotas com a Sede da ANTAQ, incluindo serviço de conexão à Internet, percebidas como um todo, uno e indivisível, dada a interdependência dos seus componentes, estando estes entrelaçadas pela coerência tecnológica e operacional, direcionados para os resultados esperados.
- 3.4.2. Caso a ANTAQ permitisse o parcelamento do objeto descaracterizaria o objeto sistêmico da solução de comunicação, sendo que a ANTAQ assumiria para si responsabilidades que frustrariam o objetivo da contratação, tais como: complexidade na gestão de vários contratos com diferentes operadoras, dificuldade e complexidade em garantir os níveis mínimos de serviço e a segurança, custos administrativos adicionais.
- 3.4.3. O agrupamento da solução em único grupo para este tipo de objeto é comum e praxe na Administração Pública. O desagrupamento dos itens traria prejuízos administrativos, técnicos e econômicos à Agência, aumentando consideravelmente o risco de indisponibilidade dos sistemas e serviços da ANTAQ.
- 3.4.4.

3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

- 3.5.1. Garantir a continuidade do negócio.
- 3.5.2. Garantir a segurança, a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, informações e sistemas da ANTAQ.
- 3.5.3. Garantir o baixo risco de descontinuidade dos serviços de comunicação utilizados pela ANTAQ.
- 3.5.4. Garantir o acesso rápido aos dados, informações e sistemas da Agência.
- 3.5.5. Garantir a continuidade da transformação digital na ANTAQ.
- 3.5.6. Melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.
- 3.5.7. Manter infraestrutura adequada às necessidades da ANTAQ e aos novos padrões e tecnologias modernos.
- 3.5.8. Ter serviço de telecomunicação adequados às necessidades negociais.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**4.1. Requisitos de Negócio**

- 4.1.1. Garantir a continuidade do negócio.
- 4.1.2. Garantir a segurança, a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, informações e sistemas da ANTAQ.
- 4.1.3. Garantir o baixo risco de descontinuidade dos serviços de comunicação utilizados pela ANTAQ.
- 4.1.4. Garantir o acesso rápido aos dados, informações e sistemas da Agência.
- 4.1.5. Garantir a continuidade da transformação digital na ANTAQ.
- 4.1.6. Melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.
- 4.1.7. Manter infraestrutura adequada às necessidades da ANTAQ e aos novos padrões e tecnologias modernos.
- 4.1.8. Ter serviço de telecomunicação adequados às necessidades negociais.

4.2. Requisitos de Capacitação

- 4.2.1. Não foram identificadas necessidade de treinamento ou capacitação para o objeto a ser contratado. Exigindo-se apenas que:

4.3. Requisitos Legais

- 4.3.1. O presente processo de contratação está aderente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Decreto-Lei nº 200/1967, Lei 8.666/93, (Lei de Licitações), Lei 10.520/01, (Lei do Pregão), Decreto 10.024/2019 (Pregão Eletrônico), IN. 01/2019 SGD/ME (Contratação de Soluções de TIC) e legislação específica aplicada.
- 4.3.2. Atendimento dos critérios de sustentabilidade ambiental de que trata a Instrução Normativa SLTI nº 01/2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 4.3.3. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber.
- 4.3.4. Conformidade com a legislação e jurisprudência existentes para aquisição e gerenciamento de soluções de TIC.

4.4. Requisitos de Manutenção

- 4.4.1. Os requisitos de MANUTENÇÃO E SUPORTE da solução que deverá atender às necessidades da ANTAQ estão no ANEXO B – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS e no ANEXO C – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS) deste Termo de Referência.

4.5. Requisitos Temporais

- 4.5.1. O prazo de vigência do contrato é de 6 (seis) meses a partir da assinatura.
- 4.5.2. A prestação do serviço será iniciada no dia 19/05/2023.
- 4.5.3. O contrato poderá ser encerrado antes do prazo de vigência, quando a nova solução de comunicação de dados para a ANTAQ estiver totalmente implantada.
- 4.5.4. A desativação dos links do contrato decorrente deste processo será gradual a partir do momento do recebimento definitivo de cada link da nova solução contratada.
- 4.5.5. O quadro abaixo compila os principais requisitos temporais deste termo de referência:

	ID do Evento			
--	--------------	--	--	--

Fase		Evento	Prazo	Responsável(is)
Planejamento	E1	Assinatura do Contrato	dia D	CONTRATANTE e CONTRATADA
	E2	Reunião Inicial	5 (cinco) dias úteis da Assinatura do Contrato (E1)	CONTRATANTE e CONTRATADA
Operação	E3	Emissão da Ordem de Serviço Mensais para Execução dos Serviços	Até o primeiro dia útil do mês de referência	CONTRATANTE
	E4	Entrega do Relatório de Execução dos Serviços	Até o dia 10 do mês subsequente.	CONTRATADA
	E5	Análise do Relatório de Execução dos Serviços e verificação do NMS.	Até 5 dias úteis do recebimento do Relatório de Execução dos Serviços	CONTRATANTE
	E6	Assinatura do Termo de Recebimento Definitivo e Solicitação de Emissão de Nota Fiscal.	Até 3 dias úteis da aprovação do Relatório de Serviços	CONTRATANTE
	E7	Pagamento	10 (dez) dias corridos do Ateste da Nota Fiscal/Fatura	CONTRATANTE
Desativação dos Links	E8	Emissão da Ordem de Serviço para desativação do(s) link(s)		CONTRATANTE
	E9	Desativação do(s) Link(s)	1 (um) dia útil, contado da emissão da Ordem de Serviço (E8)	CONTRATADA
	E10	Desinstalação e retirada dos equipamentos na(s) unidade(s)	30 dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço (E8)	CONTRATADA
Outros prazos	E11	Vigência do Contrato e Suporte Técnico Proativo	12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato (E1).	CONTRATANTE e CONTRATADA
	E12	Eventos constantes no ANEXO C - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO	Prazos constantes no ANEXO C - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO	CONTRATANTE e CONTRATADA

4.6. Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6.1. A CONTRATADA deve executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)).

4.6.2. A CONTRATADA deverá submeter-se aos procedimentos contidos nas normas de segurança corporativa da ANTAQ, em todos os eventos em que for necessária a presença de seus prepostos e/ou funcionários nas dependências da CONTRATANTE.

4.6.3. A CONTRATADA deve guardar sigilo dos dados e das informações postas à sua disposição, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma sem anuência expressa da CONTRATANTE, devendo entregar assinados o Termo de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência;

- 4.6.4. A CONTRATADA deverá assinar e entregar, na Reunião Inicial, o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (TCMS) e providenciar a assinatura do Termo de Ciência por todos os seus colaboradores que estejam relacionados com a execução do objeto.
- 4.6.5. A CONTRATADA deverá obedecer aos critérios, padrões, normas e procedimentos operacionais adotados pela CONTRATANTE;
- 4.6.6. Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- 4.6.7. Promover o afastamento, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus recursos técnicos que não correspondam aos critérios de confiança ou que perturbe a ação da equipe de fiscalização da CONTRATANTE;
- 4.6.8. Responsabilizar-se pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer;
- 4.6.9. Não transferir a outrem no todo ou em parte o objeto do presente contrato sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, exceto aqueles que se refiram a ativos sob garantia de terceiros. Em caso de atendimento efetuado por terceiros nas dependências da ANTAQ, a CONTRATADA deverá disponibilizar técnico(s) do seu quadro funcional próprio para acompanhar todos os procedimentos;
- 4.6.10. Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE;
- 4.6.11. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas à política de segurança adotada pela CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes;
- 4.6.12. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., sem a anuência expressa e por escrito da área administrativa da CONTRATANTE.
- 4.6.13. Executar todos os testes de segurança necessários e definidos na legislação pertinente;
- 4.6.14. Submeter seus recursos técnicos aos regulamentos de segurança e disciplina instituídos pela CONTRATANTE.

4.7. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

- 4.7.1. O idioma a ser utilizado na documentação deve ser preferencialmente o português, podendo excepcionalmente ser utilizado o inglês.
- 4.7.2. O idioma a ser utilizado no processo de gerenciamento de chamados deve ser preferencialmente o português, podendo eventualmente ser utilizado o inglês, desde que a CONTRATANTE seja informada previamente de que o atendimento será realizado em inglês.
- 4.7.3. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010 e Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.
- 4.7.4. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre pelo uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela ANTAQ.
- 4.7.5. Os resíduos dos processos de manutenção deverão ser recolhidos pela CONTRATADA para fins de destinação adequada conforme legislação ambiental;
- 4.7.6. A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme modelo constante deste Termo de Referência, a ser apresentado na fase de aceitação da proposta.
- 4.7.7. A exigência visa atender aos dispositivos normativos, acima enumerados, bem como demais normativos acerca dos critérios de sustentabilidade socioambiental, de forma a estabelecer que a licitante promova ações ambientais por meio de treinamento de seus colaboradores, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, visando o cumprimento das ações estabelecidas neste Termo de Referência, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.
- 4.7.8. A CONTRATADA deverá entregar todos os documentos solicitados na forma digital, com vistas a evitar ou reduzir o uso de papel e impressão, em atendimento ao disposto no Art. 9º da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

4.8. **Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

- 4.8.1. Todas as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência e nos Anexos B - Especificação Técnica da Solução de Comunicação de Dados e anexo C – Níveis Mínimos de Serviço deverão estar plenamente disponíveis na solução fornecida, sem necessidade de quaisquer outras aquisições, tais como versões de softwares, peças ou dispositivos complementares;
- 4.8.2. A solução deve estar conforme aos padrões de interoperabilidade do Governo – ePing;
- 4.8.3. A solução deve respeitar a topologia lógica apresentada no ANEXO B deste Termo de Referência;

4.9. **Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.9.1. Não se aplica, pois a solução já está implantada.

4.10. **Requisitos de Implantação**

4.10.1. Não se aplica, pois a solução já está implantada.

4.11. **Requisitos de Garantia e Manutenção, que definem a forma como será conduzida a manutenção, o acionamento da garantia e a comunicação entre as partes envolvidas**

4.11.1. Os requisitos de suporte técnico estão detalhados nos anexos B e C deste Termo de Referência.

4.12. **Requisitos de Experiência Profissional**

4.12.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica capacitada, habilitada e especializada com múltiplos perfis, constituída de profissionais com conhecimento técnico e experiência necessária para a execução do objeto contratado, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança e eficiência.

4.12.2. Será de responsabilidade da CONTRATADA, se necessário, a capacitação da equipe técnica para a perfeita execução dos serviços, correndo por sua conta todas as despesas com locomoção, diárias, passagens e demais despesas correlatas, sem quaisquer ônus para a ANTAQ.

4.13. **Requisitos de Formação da Equipe**

4.13.1. A contratação não requer mão de obra exclusiva para a prestação dos serviços que fazem parte do objeto a ser contratado. Os serviços deverão ser prestados por profissionais devidamente capacitados para a execução do objeto.

4.13.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais adequados e idôneos com expertise, experiência, competências e conhecimentos técnicos variados pertinentes aos serviços que serão prestados.

4.13.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica especializada os perfis necessários, constituída de profissionais com conhecimento técnico e experiência necessária para a execução do objeto contratado.

4.14. **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.14.1. Após a assinatura do Contrato, a ANTAQ emitirá, Ordens de Serviços formalizando o início das atividades e das responsabilidades da CONTRATADA;

4.14.2. O Cronograma de Execução constante deste Termo de Referência deverá ser cumprido integralmente, contemplando todas as fases e prazos nele contidos;

4.14.3. O licenciamento de toda e qualquer ferramenta, aplicativos, sistemas de informação ou softwares, que forem necessários para execução dos seus serviços, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, sem qualquer custo adicional aos constantes da sua proposta de preços, devidamente legalizados e licenciados para a execução dos seus serviços, no ambiente tecnológico da ANTAQ;

4.14.4. Os bens serão entregues e os serviços correlatos serão prestados nas localidades constantes do anexo A deste Termo de Referência;

4.14.5. Outros requisitos de metodologia de trabalho estão distribuídos neste termo de referência, em especial o item que trata do modelo de execução do contrato, e em seus anexos.

4.15. **Outros Requisitos Aplicáveis**

4.15.1. Os demais requisitos estão distribuídos neste termo de referência e em seus anexos.

5. **RESPONSABILIDADES**

5.1. **Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE**

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

- 5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- 5.1.9. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo;
- 5.1.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.1.11. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.1.12. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 5.1.13. Pagar à Contratada o valor resultante da entrega dos bens e prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 5.1.14. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 5.1.15. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 5.1.15.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 5.1.15.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 5.1.15.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 5.1.16. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 5.1.17. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 5.1.18. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 5.1.19. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 5.1.20. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 5.1.21. Permitir o acesso às dependências da CONTRATANTE, dos técnicos, da CONTRATADA, responsáveis pela execução dos serviços. Quando nas dependências da CONTRATANTE os técnicos ficarão sujeitos às normas internas de segurança, inclusive àquelas referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências;
- 5.1.22. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da empresa CONTRATADA;
- 5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**
- 5.2.1. Indicar formalmente e por escrito, na Reunião Inicial, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.6. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

- 5.2.7. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.8. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- 5.2.9. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;
- 5.2.10. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- 5.2.11. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.2.12. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 5.2.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.2.14. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 5.2.15. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 5.2.16. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 5.2.17. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 5.2.18. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 5.2.19. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 5.2.20. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 5.2.21. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 5.2.22. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 5.2.23. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 5.2.24. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 5.2.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.2.26. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.2.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.2.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.2.29. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 5.2.30. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

5.2.31. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

5.2.31.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

5.2.31.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

5.2.32. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE;

5.2.33. Manter, ainda, os seus empregados (prestadores de serviços) e prepostos identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE;

5.2.34. A contratada deverá substituir, sempre que exigido pelo Gestor do Contrato, o(s) preposto(s) ou técnico(s), cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios às normas da Administração Pública.

5.2.35. A contratada se compromete a utilizar as melhores práticas, capacidade técnica, materiais, equipamentos, recursos humanos e supervisão técnica e administrativa, para garantir a qualidade do serviço e o atendimento às especificações contidas neste documento.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Local de Execução dos Serviços

6.1.1. Todos os bens deverão ser entregues, acompanhados de Nota Fiscal/Fatura, e os serviços deverão ser prestados nas Unidades da Agência Nacional de Transportes Aquaviários nas localidades constantes do ANEXO A deste Termo de Referência

6.2. Prazos e Rotinas de Execução

6.2.1. Os requisitos temporais constam no item 4.5. deste Termo de Referência

6.2.2. O contrato vigorará por 6 (seis) meses, contados a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

6.2.3. Os serviços deverão ser prestados em regime de 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana);

6.3. Papéis e responsabilidades da CONTRATANTE e CONTRATADA na execução e gestão contratual

6.3.1. Preposto - É o representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução contratual e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

6.3.2. Fiscal técnico do contrato - É o servidor representante da área de tecnologia da informação da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos aspectos técnicos da contratação e pelas seguintes atribuições:

6.3.2.1. Confecção e assinatura do termo de recebimento provisório quando da entrega do objeto resultante de cada ordem de serviço ou de fornecimento de bens;

6.3.2.2. Avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e de justificativas existentes, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato;

6.3.2.3. Identificação de ocorrências e não conformidade com os requisitos estabelecidos e termos contratuais;

6.3.2.4. Verificação da manutenção das obrigações assumidas pela CONTRATADA que ensejam a contratação, referentes aos critérios de habilitação e qualificação técnica;

6.3.3. Fiscal administrativo do contrato - É o servidor representante da Área Administrativa da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos aspectos administrativos da contratação e pelas seguintes atribuições:

6.3.3.1. Verificação da manutenção das obrigações assumidas pela CONTRATADA que ensejam a contratação, referentes aos critérios de habilitação e qualificação;

6.3.3.2. Verificação de aderência aos termos contratuais;

6.3.3.3. Verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento.

6.3.4. Fiscal requisitante do contrato - É o servidor representante da área requisitante da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do ponto de vista funcional da solução de tecnologia da informação e pelas seguintes atribuições:

6.3.4.1. Confecção e assinatura do termo de recebimento definitivo para fins de encaminhamento para pagamento com base nas informações produzidas;

6.3.4.2. Verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação.

6.3.5. Gestor do contrato - É o servidor da CONTRATANTE com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, sendo responsável por:

- 6.3.5.1. Encaminhamento das demandas de correção à contratada;
- 6.3.5.2. Encaminhamento de indicação de glosas e sanções para Área Administrativa da CONTRATANTE;
- 6.3.5.3. Autorização para emissão de nota(s) fiscal(is), a ser(em) encaminhada(s) ao preposto da contratada;
- 6.3.5.4. Encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual;
- 6.3.5.5. Manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica;
- 6.3.5.6. Aprovação e priorização junto à CONTRATADA das demandas de serviços a serem atendidas.

6.4. **Da Reunião Inicial**

6.4.1. Após a assinatura do Contrato e as nomeações do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.4.2. 6.4.2.A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN nº 01/2019 SGD/ME e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.

6.4.3. Deverão participar dessa reunião, no mínimo, o Gestor do Contrato da CONTRATANTE e o Representante da CONTRATADA.

6.4.4. Na Reunião Inicial a CONTRATADA deverá:

6.4.4.1. Apresentar formalmente seu Preposto. A carta de apresentação do preposto deverá conter os dados de identificação do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

6.4.4.2. Solicitar as informações necessárias para o funcionamento da solução.

6.4.5. A CONTRATADA cumprirá as instruções complementares da CONTRATANTE quanto à execução e horário de realização do serviço, permanência e circulação de seu(s) técnico(s) nas dependências da CONTRATANTE.

6.5. **Documentação mínima exigida**

6.5.1. Ao executar os serviços a CONTRATADA deverá entregar Relatório Técnico de Execução dos Serviços.

6.6. **Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle**

6.6.1. O volume de serviços demandados será de acordo com o descritos no **item 2 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**.

6.7. **Rotinas de Execução**

6.7.1. **Ordens de Serviço**

6.7.1.1. A Ordem de Serviço é um documento a ser utilizado pela CONTRATANTE para definir cada tipo de serviço a ser executado pela CONTRATADA, devendo constar, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Número da Ordem de Serviço;
- b) Data de Emissão;
- c) Nº do Contrato;
- d) Data de Assinatura do Contrato;
- e) Especificação do Serviço a ser executado, de acordo com o presente documento;
- f) Justificativa;
- g) Prazos de atendimento e solução, Local de Execução baseados no nível de serviço firmado;
- h) Assinatura contendo nome e matrícula SIAPE do responsável pelo OS;
- i) Termo de Concordância;
- j) Data do Aceite pela CONTRATADA;
- k) Assinatura da CONTRATADA;

6.7.1.2. As ordens de serviço seguirão o modelo constante no ANEXO H1 – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO deste Termo de Referência e será firmado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

6.7.1.3. A Ordem de Serviço somente será encerrada, atestada e validada, para fins de cumprimento dos níveis mínimos de serviço exigidos, quando todos os objetivos propostos forem plenamente atingidos, e todos os produtos e serviços realizados e entregues com a qualidade demandada e aprovada pelos fiscais responsáveis; e

6.7.1.4. Em caso de não cumprimento das metas de atendimento, resolução e qualidade, serão aplicados os descontos previstos nos NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS EXIGIDOS (ANEXO C).

6.8. **Mecanismos formais de comunicação**

6.8.1. Toda a comunicação entre a CONTRATANTE e o CONTRATADO deverá ser, em regra, formal, exceto em casos excepcionais que justifiquem outra forma de comunicação.

6.8.2. Qualquer notificação, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra será feita por escrito e considerar-se-á efetuada no momento em que o documento for entregue ao destinatário nos endereços indicados no instrumento convocatório e nas propostas comerciais dos licitantes, ou outro endereço indicado por escrito pela contratada;

6.8.3. Serão considerados mecanismos formais de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre a contratada e a ANTAQ todos aqueles definidos pela legislação em vigor, tais como e-mail, ofício, carta, fax ou meio informatizado que armazene o histórico da tramitação das solicitações e respostas;

6.8.4. A CONTRATADA deverá prestar, ainda, serviço de atendimento telefônico via ligação local, e/ou serviço web para registro e abertura de ocorrências, das quais deverá constar um número de registro. Os números de telefones e endereços eletrônicos informados passam a constituir mecanismos formais de comunicação.

6.9. **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.9.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.

6.9.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos **ANEXOS H2 e H3**.

7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. **Aspectos Gerais da Gestão do Contrato**

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 8.666, de 1993, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.2. **CrITÉrios de Aceitação**

7.2.1. Os serviços devem atender o Anexo C - Níveis Mínimos de Serviço (NMS), bem como as diretrizes estabelecidas neste termo de referência;

7.2.2. A ANTAQ realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar as revisões finais que se fizerem necessárias;

7.2.3. A CONTRATANTE mediante portal poderá acompanhar o serviço de gerência de rede, podendo realizar auditoria e fazer apuração dos indicadores de Nível Mínimo de Serviço. A CONTRATADA deverá disponibilizar, a qualquer instante, sua base de dados de gerenciamento e de atendimento, conjuntamente com o modelo de dados, para que a CONTRATANTE possa gerar relatórios com a finalidade de acompanhamento, averiguação ou auditoria;

7.2.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato;

7.2.5. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

7.2.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

7.2.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários;

7.2.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal técnico do

contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

7.2.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar os indicadores definidos no Anexo C - Níveis Mínimos de Serviço. O recebimento provisório se dará mediante elaboração do Anexo H2 - Termo de Recebimento Provisório (TRP);

7.2.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade, da conformidade com as especificações contidas na proposta apresentada e/ou neste Termo de Referência e seus Anexos e consequente aceitação mediante elaboração do Anexo H3 - Termo de Recebimento Definitivo (TRD);

7.2.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.2.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

7.3. Para o recebimento provisório

7.3.1. O recebimento provisório será realizado pelo Fiscal Técnico do contrato quando da execução dos serviços constantes na ordem de serviço e expressa-se na confecção e assinatura do Termo de Recebimento Provisório que, por sua vez, consiste na declaração formal de que os serviços foram prestados para posterior análise das conformidades e qualidades baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação, de acordo com a alínea "a" do inciso I, e alínea "a" do inciso II do art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.4. Para o recebimento definitivo

7.4.1. O recebimento definitivo será realizado pelo Fiscal Requisitante do contrato, com base nas informações produzidas no recebimento provisório, na avaliação da qualidade dos serviços realizados e na conformidade e aderência aos termos contratuais e expressa-se na confecção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo que, por sua vez, consiste na declaração formal de que os serviços prestados atendem aos requisitos estabelecidos e aos critérios de aceitação, de acordo com a alínea "b" do inciso I, e alínea "b" do inciso II do art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.4.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

7.4.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.5. Procedimentos de Teste e Inspeção

7.5.1. para fins de elaboração do Termo de Recebimento Provisório:

7.5.1.1. Conferir os bens entregues os serviços prestados, os quantitativos, os prazos e a descrição das Notas Fiscais;

7.5.2. para fins de elaboração do Termo de Recebimento Definitivo:

7.5.2.1. Teste de conectividade do(s) link(s);

7.5.2.2. Verificação da perda de pacotes do(s) link(s);

7.5.2.3. Teste de latência do(s) link(s) (retardo do link(s));

7.5.2.4. Homologação do Painel de monitoramento, observando se foi contemplado todos os requisitos es pulados neste termo de referência;

7.5.2.5. O Serviço de Gerência de Redes - SGR da solução deverá permitir a geração e emissão de relatórios gerenciais que possibilitem o acompanhamento da qualidade dos serviços, segurança da rede, dos níveis mínimos de serviço contratados e a validação das faturas;

7.5.2.6. Confecção e Assinatura do Termo de Recebimento Definitivo;

7.6. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.6.1. Independentemente do tipo de solução adotada, deverá ser preservado o ambiente seguro, operacional e estável até sua solução definitiva, sob pena de multa contratual, de acordo com este termo de referência.

7.6.2. Os prazos para os níveis mínimos de serviço são contados a partir da solicitação do serviço;

7.6.2.1. Os níveis mínimos de serviço foram inseridos no ANEXO C deste Termo de Referência;

7.6.3. A CONTRATADA sofrerá sanções por cada chamado ou Ordem de Serviço que não atingir ao respectivo Nível Mínimo de Serviço aplicável.

7.6.4. As glosas deverão ser aplicadas quando os serviços prestados pela contratada não atenderem ao resultado esperado e/ou quando as ordens de serviços e/ou chamados técnicos não forem concluídos dentro do prazo previsto.

7.7. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

- 7.7.1. Independentemente do tipo de solução adotada, deverá ser preservado o ambiente seguro, operacional e estável até sua solução definitiva, sob pena de multa contratual, de acordo com este termo de referência.
- 7.7.2. Os prazos para os níveis mínimos de serviço são contados a partir da solicitação do serviço;
- 7.7.2.1. Os níveis mínimos de serviço foram inseridos no ANEXO C deste Termo de Referência;
- 7.7.3. A CONTRATADA sofrerá sanções por cada chamado ou Ordem de Serviço que não atingir ao respectivo Nível Mínimo de Serviço aplicável.
- 7.7.4. As glosas deverão ser aplicadas quando os serviços prestados pela contratada não atenderem ao resultado esperado e/ou quando as ordens de serviços e/ou chamados técnicos não forem concluídos dentro do prazo previsto.

7.8. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, a CONTRATADA que:

- 7.8.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 7.8.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 7.8.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 7.8.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 7.8.1.5. cometer fraude fiscal.

7.8.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.8.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.8.2.2. **Multa:**

a) de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

b) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.8.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

7.8.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

7.8.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.8.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 7.8.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

7.8.4. As sanções previstas nos subitens 7.8.2.1, 7.8.3, 7.8.2.4 e 7.8.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.8.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 7.8.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 7.8.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 7.8.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.8.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.8.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.8.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.8.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.8.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.8.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.8.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.8.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.8.14. As glosas e multas poderão cumular-se entre si para fins de cálculo do desconto nas faturas.

7.9. Do Pagamento

7.9.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.9.2. 7.5.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

7.9.3. 7.5.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do ateste da Nota Fiscal/Fatura.

7.9.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.9.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.9.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.9.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.5.1. o prazo de validade;

7.9.5.2. a data da emissão;

7.9.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.5.4. o período de prestação dos serviços;

7.9.5.5. o valor a pagar; e

7.9.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.9.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.9.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.9.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.9.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.9.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.9.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.9.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o

Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.9.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.9.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.9.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365} = 0,00016438$$

I = (TX) TX = Percentual da taxa anual = 6%

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. Os preços contidos na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro, assistência técnica e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência e Anexos, sendo quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, considerados inclusos nos preços, não podendo ser cogitado pleito de acréscimo, a esse ou qualquer título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicionais.

8.2. O custo estimado da contratação é de **R\$ 271.565,17 (duzentos e setenta e um mil quinhentos e sessenta e cinco reais e dezessete centavos)**. Os valores máximos estimados estão detalhados na tabela abaixo:

Item	Cidade da Unidade	CATSER	Tipo de Link	Banda Mínima de Acesso Garantida Internet (Mbps)	Valor Mensal do Serviço (M)	Valor total do Contrato (M)* 6 meses
1	Brasília-DF	26506	Internet	200	R\$ 6.683,80	R\$ 40.102,82
2	Brasília-DF	26506	MPLS	200	R\$ 12.265,14	R\$ 73.590,83
3	Belém-PA	26506	MPLS	10	R\$ 3.932,12	R\$ 23.592,75
4	Curitiba-PR	26506	MPLS	10	R\$ 1.165,02	R\$ 6.990,14
5	Florianópolis-SC	26506	MPLS	10	R\$ 2.936,20	R\$ 17.617,19
6	Fortaleza-CE	26506	MPLS	10	R\$ 1.675,30	R\$ 10.051,80
7	Manaus - AM	26506	MPLS	10	R\$ 1.919,35	R\$ 11.516,08
8	Porto Alegre-RS	26506	MPLS	10	R\$ 1.822,93	R\$ 10.937,60
9	Porto Velho-RO	26506	MPLS	10	R\$ 1.302,03	R\$ 7.812,19
10	Recife-PE	26506	MPLS	10	R\$ 1.573,93	R\$ 9.443,57
11	Rio de Janeiro-RJ	26506	MPLS	10	R\$ 1.890,86	R\$ 11.345,14
12	Salvador-BA	26506	MPLS	10	R\$ 2.364,38	R\$ 14.186,28
13	Santos-SP	26506	MPLS	10	R\$ 931,81	R\$ 5.590,84
14	São Luiz-MA	26506	MPLS	10	R\$ 1.739,88	R\$ 10.439,29
15	São Paulo-SP	26506	MPLS	10	R\$ 1.369,69	R\$ 8.218,11
16	Vitória-ES	26506	MPLS	10	R\$ 1.688,42	R\$ 10.130,52
					R\$ 45.260,86	R\$ 271.565,17
						R\$ 271.565,17

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1. A despesa decorrente do fornecimento do objeto correrá à conta de dotação orçamentária já alocada no orçamento da ANTAQ.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato vigorará por 6 (seis) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

10.2. A prestação do serviço será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do dia 19 de maio de 2023 (dia seguinte ao da expiração da vigência do Contrato nº 08/2017) .

10.3. O contrato poderá ser encerrado antes do prazo de vigência, quando a nova solução de comunicação de dados para a ANTAQ estiver totalmente implantada.

10.4. A desativação dos links do contrato decorrente deste processo será gradual a partir do momento do recebimento definitivo de cada link da nova solução contratada.

11. DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor total do Contrato, nas seguintes condições:

12.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

12.1.2. Somente será permitida a subcontratação para a parte do objeto que inclui serviços de engenharia, suporte técnico, fornecimento de acesso ou última milha das Unidades Remotas nos Estados, quando voltados para a implantação ou provimento dos serviços de comunicação de dados nas unidades da ANTAQ.

12.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

12.3.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

12.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. GARANTIA DA EXECUÇÃO

14.1. A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

14.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

14.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

14.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

14.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

14.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

14.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

14.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

- 14.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 14.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 14.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 14.10. Será considerada extinta a garantia:
- 14.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 14.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 14.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 14.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

15. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 15.1. Constituem anexos deste Termo de Referência os seguintes documentos:
- 15.1.1. ANEXO A – LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS;
- 15.1.2. ANEXO B - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS;
- 15.1.3. ANEXO C – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS);
- 15.1.4. ANEXO D - PROPOSTA DE PREÇO;
- 15.1.5. ANEXO E - DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL;
- 15.1.6. ANEXO F - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONSENTIMENTO QUANTO AO CUMPRIMENTO DA LGPD;
- 15.1.7. ANEXO G1 - MODELO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO;
- 15.1.8. ANEXO G2 - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO;
- 15.1.9. ANEXO G3 – TERMO DE CIÊNCIA;
- 15.1.10. ANEXO H1 – ORDEM DE SERVIÇO;
- 15.1.11. ANEXO H2 – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO;
- 15.1.12. ANEXO H3 – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

16. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Ordem de Serviço nº X/2023/CCO/GLC/SAF.

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

Encaminha-se para prosseguimento de processo licitatório, segundo o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

TELVIO MARTINS DE MELLO - Matrícula SIAPE: 1425456

Integrante Requisitante

Secretário de Tecnologia da Informação

Autoridade Máxima da Área de TIC

BELMIRO DA GRAÇA SOARES - Matrícula SIAPE: 1831676

Integrante Técnico

ASSIMA HALLACK DREICON - Matrícula SIAPE: 855887

Integrante Administrativo

PAULO MORUM XAVIER - Matrícula SIAPE: 3237860

Secretário-Geral

Autoridade Superior à Autoridade Máxima da Área de TIC

Aprovo,

ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES

Superintendente de Administração e Finanças

ANEXO A – LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Item	Cidade-UF	Endereços	CEP
1	BRASÍLIA-DF	SEPN Quadra 514 Conjunto E Edifício ANTAQ, Asa Norte	70760-545
2	BELÉM-PA	Av. Boulevard Castilhos França, 708, Ed. do Banco Central, 10º andar - Campina	66010-020
3	RIO DE JANEIRO-RJ	Av. Rio Branco, 135, Ed. Guinle, 14º andar – Centro	20040-912
4	CURITIBA-PR	Avenida Cândido de Abreu, 344, Centro Cívico	80530-914
5	FLORIANÓPOLIS-SC	Rua Conselheiro Mafra, 784 – 6º andar, Edifício GALAXY, centro	88101-102
6	FORTALEZA-CE	Praça Amigos da Marinha, s/n, Prédio Administrativo do Porto de Fortaleza - Mucuripe	60180-422
7	MANAUS - AM	Avenida do Turismo, 1.350 – Tarumã	69041-010
8	PORTO ALEGRE-RS	Rua Sete de Setembro, 586, sala 1202, Centro Histórico	90010-190
9	PORTO VELHO-RO	Av. Lauro Sodré, 6500, Prédio CENSIPAM - Aeroporto	76803-270
10	RECIFE-PE	Av. Governador Agamenon Magalhães, 4.575, Empresarial Nassau, Salas 101 a 103 – Bairro Paissandu	52021-170
11	SALVADOR-BA	Rua José Peroba, 297, Edifício Atlanta Empresarial, Lote 34, Salas 101 a 104, 109 e 110 – Stiep	41770-235
12	SANTOS-SP	Rua Augusto Severo, nº 07 - 13º Andar - Centro	11010-050
13	SÃO LUIZ-MA	Avenida dos Holandeses, Quadra K, Lotes 8,9 e 10. Bairro: Olho d'Água. Prédio da CGU – Controladoria Geral da União.	65065-180
14	SÃO PAULO-SP	Rua Vergueiro, 3073 - Vila Mariana - Edifício Anatel, 6º Andar	04101-300
15	VITÓRIA-ES	Rua João Batista Parra, 633, 16º andar, Enseada Office, Praia do Suá	29052-123

ANEXO B – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS**1. 1. FUNCIONAMENTO GERAL DA SOLUÇÃO E TOPOLOGIA****1.1. FUNCIONAMENTO GERAL DA SOLUÇÃO**

1.1.1. A solução engloba os serviços de telecomunicações, por meio de redes IP (Internet Protocol) multisserviços, utilizando tecnologia MPLS (Multi Protocol Label Switching), com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem, nas unidades da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em todo o território nacional.

1.1.2. Os serviços de telecomunicações compreendem fornecimento, instalação, implantação, configuração, gerenciamento proativo e manutenção de equipamentos e redes IP multisserviços, utilizando tecnologia MPLS, com QoS (Quality of Services), visando o atendimento das necessidades de todas as unidades da ANTAQ, provendo a intercomunicação delas entre si, com parceiros e com a rede mundial de computadores – a Internet.

1.1.3. A solução também engloba a prestação de serviço de acesso à internet na Sede da ANTAQ.

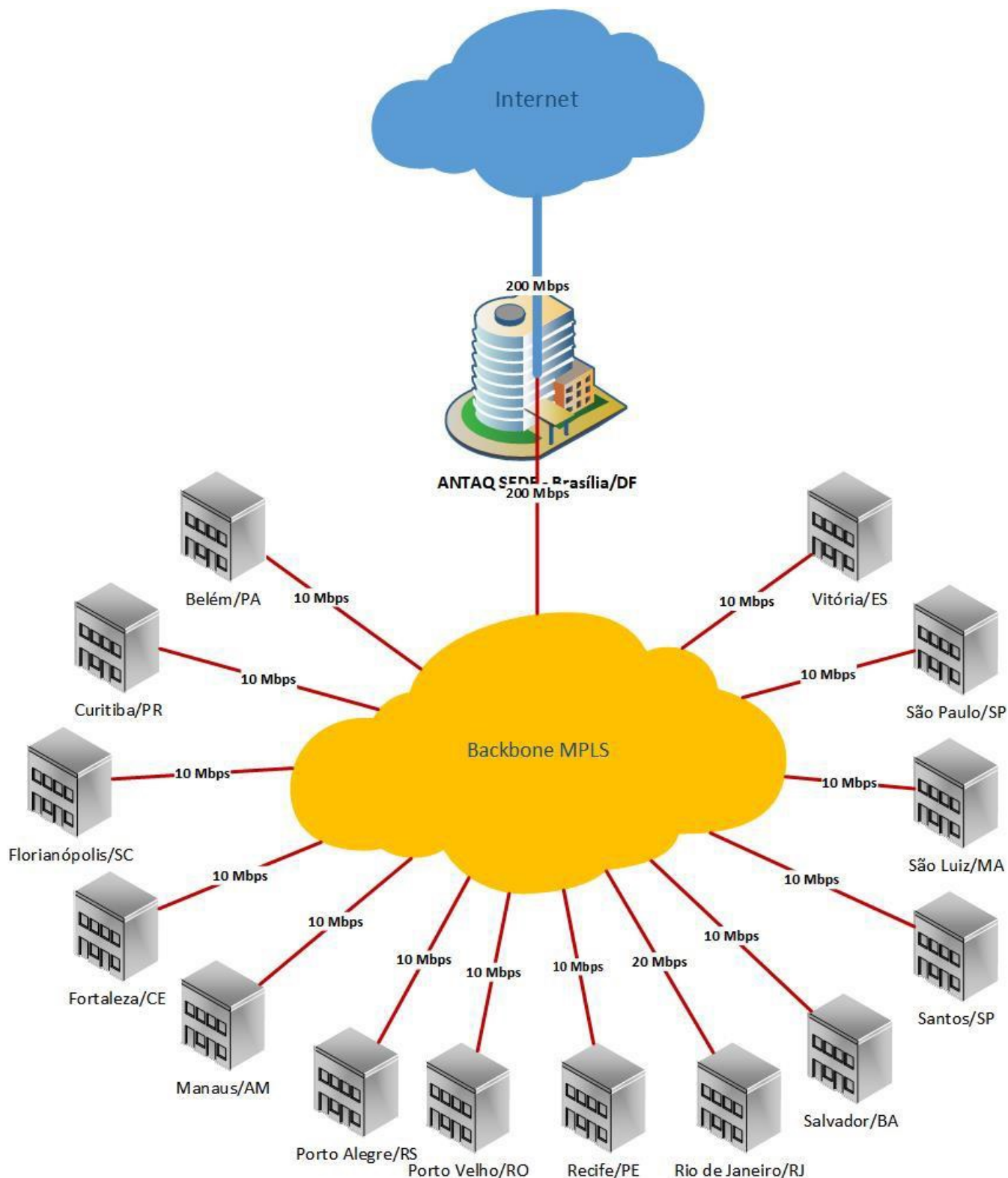
1.1.4. A relação das unidades da Agência é apresentada no Anexo A – Locais de Prestação dos Serviços.

1.1.5. A contratada deverá fornecer todos os equipamentos necessários para o funcionamento da solução.

1.1.6. A infraestrutura de rede da CONTRATADA (backbone, POPs, equipamentos internos, roteadores PE, etc.) deverá redimensionada e preparada para suportar os níveis de desempenho especificados.

1.2. TOPOLOGIA DA SOLUÇÃO

1.2.1. A figura abaixo mostra a topologia lógica da solução.



1.2.2. As unidades Remotas da ANTAQ presentes nos estados serão conectadas à sede em Brasília através de links MPLS de 20 Mbps.

1.2.3. O acesso à Internet das unidades Remotas se dá através de Brasília que deverá possuir um circuito dedicado à internet com banda mínima de 200 Mbps.

1.2.4. As unidades de Belém e Rio de Janeiro possuirão largura de banda de 10 Mbps e as demais unidades Remotas terão largura de banda de 4 Mbps, conforme a imagem acima.

1.3. CIRCUITO DEDICADO DE ACESSO À INTERNET

1.3.1. O circuito dedicado de acesso à Internet deverá ser oferecido por meio de circuito de dados privativo e independente, com velocidade ou largura de banda simétrica para download e upload, onde a banda especificada é a banda livre, respeitando o percentual máximo de 2% (dois por cento) de overhead gerados por protocolos de comunicação.

1.3.2. A CONTRATADA deverá fornecer um bloco de, no mínimo, 14 endereços IPs contíguos e válidos para a Internet, para uso exclusivo da CONTRATANTE.

1.3.3. O acesso provido pelo circuito dedicado de acesso à Internet deve ser obrigatoriamente por fibra óptica, com rota física e lógica distinta do oferecido pelo atual provedor, e ainda, irrestrito, sem bloqueios ou filtros, e livres de qualquer monitoramento de conteúdo das conexões trafegadas, garantindo assim, a privacidade e segurança dos dados e redundância das conexões da CONTRATANTE.

1.3.4. A empresa deverá fornecer, dimensionar, disponibilizar, instalar, configurar, monitorar, operar, gerenciar e manter os equipamentos/recursos que forem necessários para o provimento dos serviços.

1.3.5. A banda mínima de acesso à Internet será de 200 Mbps para a sede da ANTAQ, em Brasília.

1.4. REDE WAN ANTAQ

1.4.1. A solução oferecida deverá ser construída por meio de circuitos de dados privativos e independentes, com velocidade ou largura de banda simétrica para download e upload, onde a banda especificada é a banda livre, respeitando o percentual máximo de 2% (dois por cento) de overhead gerados por protocolos de comunicação.

1.4.2. A topologia lógica da rede VPN IP/MPLS oferecida para a Rede WAN ANTAQ deverá ser do tipo hub- and-spoke, onde os sítios remotos deverão ser capazes de acessar somente o sítio principal – a sede da ANTAQ em Brasília.

1.4.3. A Rede WAN ANTAQ Principal deve suportar QoS (Quality of Services), de forma a transportar, diferenciar e marcar o tráfego em, no mínimo, as seguintes classes de serviço:

1.4.3.1. Voz – para aplicações de voz sensíveis a perda de pacotes, ao retardo (delay) e às variações de retardo (jitter), que exigem priorização de tráfego, reserva de banda e supressão de fragmentos de pacotes.

1.4.3.2. Vídeo – para aplicações de vídeo sensíveis a perda de pacotes, ao retardo (delay) e às variações de retardo (jitter), que exigem priorização de tráfego, reserva de banda.

1.4.3.3. Dados Prioritários – para aplicações e sistemas corporativos essenciais que necessitam de tempo de resposta rápida e banda mínima garantida.

1.4.3.4. Melhor esforço – para os demais tipos de tráfego.

1.4.4. A Rede WAN ANTAQ deve suportar roteamento de tráfego IP Multicast, podendo ser usado como padrão o RFC 2362, PIM-SM (Protocol Independent Multicast-Sparse Mode).

1.4.5. Os links MPLS das unidades remotas deverão ter a banda mínima de 10 Mbps.

1.4.6. O link MPLS da sede da ANTAQ, em Brasília deverá ter a banda mínima de 20 Mbps.

1.5. DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS

1.5.1. A solução de conectividade de rede deverá estar disponível e operacional 24 horas por dia, 7 dias por semana.

1.5.2. Os níveis mínimos de disponibilidade dos serviços oferecidos serão:

1.5.2.1. De 99,7% para o Circuito dedicado de acesso à Internet.

1.5.2.2. De 99,4% para circuitos da Rede WAN ANTAQ.

1.6. SERVIÇO DE GERÊNCIA DE REDES E SERVIÇOS

1.6.1. Requisitos mínimos e obrigatórios do serviço de gerência de rede e serviços

1.6.1.1. A CONTRATADA deverá prover um serviço de Gerência de Rede e Serviços que contemple as áreas funcionais de gerência de falhas, desempenho (monitoração de desempenho, gerência de tráfego e administração de tráfego), configuração, segurança e de nível de serviço.

1.6.1.2. A CONTRATADA deverá prover um Sistema de Gerência de Rede e Serviços (SGRS) para a visualização de informações on-line (com pollings a cada 5 minutos e de forma gráfica) da rede de modo a permitir o acompanhamento e monitoração do estado global da rede.

1.6.1.3. O SGRS da solução deverá estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, e ser acessível via web, para usuários de interesse da CONTRATANTE, mediante login e senha, com criptografia e segurança, através de uma interface amigável.

1.6.1.4. O SGRS da solução deverá permitir a geração e emissão de relatórios gerenciais que permitam o acompanhamento da qualidade dos serviços, dos níveis mínimos de serviço contratados e a validação das faturas.

1.6.1.5. Os relatórios deverão ser gerados ou emitidos pela CONTRATADA em formato amigável e compatível ao padrão estabelecido pela CONTRATANTE, com os dados e a formatação necessários, de maneira a facilitar sua conferência e validação.

1.6.1.6. A Gerência de Rede e Serviços da CONTRATADA deverá abranger todos os roteadores CPE e enlaces, independentemente de suas tecnologias, necessários para a prestação dos serviços de rede e o seu gerenciamento.

1.6.1.7. A Gerência de Rede e Serviços da CONTRATADA deverá atuar de forma pró-ativa, antecipando-se aos problemas na rede e garantindo a qualidade do serviço estabelecida no Nível Mínimo de Serviço, realizando abertura, acompanhamento e fechamento de chamados técnicos (Trouble Tickets) relacionados com indisponibilidade e desempenho nos serviços de rede, serviço de voz e gerenciamento de rede e segurança, operando em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano.

1.6.1.8. A CONTRATADA será responsável por fornecer, dimensionar, instalar, configurar e manter todos os equipamentos, sistemas e ferramentas necessárias para provimento do SGRS.

1.6.1.9. A indisponibilidade dos dados de gerência (coleta não realizada, dados não acessíveis) será contabilizada como indisponibilidade do serviço, no período em que os dados não forem coletados ou ficarem inacessíveis, caso isto implique em perda de dados de gerenciamento.

1.6.1.10. A CONTRATADA deverá armazenar todos os dados coletados nos elementos gerenciados e as informações geradas para confecção dos relatórios pelo prazo de no mínimo 6 (seis) meses, relativos ao serviço de Gerência de Rede e Serviços, devendo ao final do contrato disponibilizá-los à CONTRATANTE, conjuntamente com o modelo de dados, em meio a ser definido pela CONTRATANTE.

1.6.1.11. Os dados e informações armazenados, conjuntamente com o modelo de dados, poderão ser solicitados pela CONTRATANTE, a qualquer tempo, à CONTRATADA que deverá disponibilizá-los no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, por e-mail e em arquivos editáveis, e/ou na base de dados da solução de gerência (carga dos dados extraídos e removidos).

1.6.1.12. A CONTRATADA deverá agendar com a CONTRATANTE as interrupções programadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, que deverão ser realizadas aos domingos e feriados, ou em data e horário pré-definidos pela CONTRATANTE, com base no horário de Brasília.

1.6.2. **Requisitos do Sistema de Gerência de Rede e Serviços (SGRS)**

1.6.2.1. O SGRS será de propriedade e de responsabilidade da CONTRATADA, podendo ser constituído de um ou mais softwares, integrados ou não.

1.6.2.2. O SGRS deverá ser escalável, permitindo futuras ampliações no número de elementos de rede a serem gerenciados.

1.6.2.3. O SGRS deverá permitir o acesso simultâneo de até 3 (três) usuários, com a definição de perfis e a atribuição de regras de gerenciamento a estes perfis e com o uso de senhas para controle do acesso às informações.

1.6.2.4. A visualização das informações de gerenciamento providas pelo SGRS deverá ser feita através de um Portal de Gerência acessado via interface web, pela Internet, preferencialmente com protocolo HTTPS (Hypertext Transfer Protocol Secure).

1.6.2.5. O SGRS deverá possuir uma interface única para acesso às suas funcionalidades independentemente dos equipamentos ou tecnologias empregadas para a prestação dos serviços.

1.6.2.6. O SGRS deverá disponibilizar funcionalidade para consulta da configuração dos roteadores.

1.6.2.7. O SGRS deverá fornecer, através do portal, visualização de informações on-line (com pollings a cada 5 minutos e de forma gráfica) da rede que deverá apresentar, no mínimo, os seguintes itens para cada um dos elementos monitorados:

a) Topologia da rede, incluindo os roteadores CPE e seus enlaces, com visualização do estado operacional de todos os elementos da rede, atualizados automaticamente.

b) Alarmes e eventos ocorridos na rede com informações de data e hora de ocorrência e identificação dos recursos afetados.

c) Consumo de banda dos enlaces (entrada e saída) com os valores instantâneos, médios e de pico durante todo o contrato, separados por semana e dia, com diferenciação de dias úteis e horário comercial.

d) Consumo de banda por classe de serviço com os valores instantâneos, médios e de pico durante todo o contrato, separados por semana e dia, com diferenciação de dias úteis e horário comercial.

e) Utilização de memória e CPU dos roteadores CPEs.

f) Estratificação de tráfego (entrada e saída) classificado por tipo (IP de origem e de destino), portas (de origem e de destino), serviço, protocolos, classes de serviço de todos os enlaces e respectivos volumes, permitindo a agregação e/ou junção de tipos diferentes de tráfego e a sumarização dos dados coletados.

Retardo dos enlaces com valores instantâneos, médios e de pico.

g) Visualização da quantidade de chamados registrados, em aberto, fechados e encerrados, dentro ou fora do prazo contratual, por tipo de problema, permitindo acesso ao detalhamento dos chamados.

h) Inventário dos equipamentos e enlaces da rede contendo, no mínimo, as seguintes informações: enlace, com código de identificação, tecnologia e nível de serviço; roteador, com fabricante, modelo, configuração lógica e física (placas, interfaces, memória, slots e demais); e endereçamento lógico, com IPs e máscaras.

1.6.2.8. A visualização das informações deverá se referir a um elemento da rede ou a um grupo de elementos de uma maneira que melhor reflita a estruturação das unidades prediais e da hierarquia administrativa da CONTRATANTE, serviços da CONTRATANTE e as tecnologias empregadas na rede.

1.6.2.9. O SGRS deverá registrar no log de históricos todos os acessos realizados, com autenticação de usuário, data e hora e deverá permitir a recuperação do registro de histórico.

1.6.2.10. O SGRS deverá realizar registro de todas as ocorrências de alarmes/eventos em log de históricos e/ou em base de dados contendo informações de data e hora de ocorrência, identificando os recursos gerenciados.

1.6.2.11. O SGRS deverá assegurar a continuidade da coleta dos dados de gerenciamento em casos de perda de comunicação entre o sistema de gerência e os elementos gerenciados, de maneira a garantir que não exista perda de informação no gerenciamento dos recursos.

1.6.2.12. O SGRS deverá possuir um manual de usuário, apresentando seus módulos, suas funcionalidades e o esquema de monitoração, de maneira a facilitar o seu uso por parte dos usuários designados pela CONTRATANTE.

1.6.3. **Requisitos da central de atendimentos (Help-desk) e da abertura e acompanhamento de chamados técnicos**

1.6.3.1. A CONTRATADA deverá manter uma Central de Atendimento (Help Desk), 24 horas por dia, 7 dias por semana, para abertura e acompanhamento de chamados técnicos por meio de número único nacional não tarifado (0800) e com acesso via web pela Internet, como acesso secundário para o acompanhamento de chamados técnicos, permitindo o envio de solicitações e o esclarecimento de dúvidas, se necessário.

1.6.3.2. A CONTRATADA deverá permitir a abertura de chamado técnico também por e-mail, especificando um endereço e as informações mínimas necessárias para abertura do chamado e respondendo, também por e-mail, com o número do chamado aberto para acompanhamento da CONTRATANTE.

1.6.3.3. As informações relativas aos chamados deverão ser atualizadas automaticamente e disponibilizados pelo sistema de atendimento e pelo SGRS, para acompanhamento on-line da resolução de chamados pela CONTRATANTE.

1.6.3.4. Os chamados abertos na central de atendimento serão referentes as atividades de responsabilidade da CONTRATADA. Quaisquer solicitações não atendidas diretamente via chamados na central de atendimento mas que envolvam atividades como: a instalação, configuração, recuperação, alteração e remoção de equipamentos, à configuração de roteadores, o roteamento, endereçamento IP, SNMP, IPFIX, organização e atualização da gerência, considerando-se todos os serviços contratados, devem obedecer aos limites estabelecidos neste Termo de Referência e a CONTRATADA deverá, portanto, prover mecanismos para o acompanhamento apropriado da seu tratamento.

1.6.3.5. O acompanhamento deve ser on-line para os chamados abertos e, por demanda, para os chamados encerrados, e deve fornecer todas as informações de um chamado ou de um conjunto de chamados. Os relatórios devem apresentar informações históricas em base mensal, podendo este ser solicitado a qualquer momento enquanto durar o contrato.

1.6.3.6. Os registros dos chamados deverão conter todas as informações relativas ao chamado aberto, como: número, datas e horários (abertura, atualização e fechamento), status, unidade, entidade, designação do elemento (equipamento/enlace/serviço) afetado, técnico de atendimento, relato do problema e acompanhamento, bem como a identificação do contato na CONTRATANTE que foi posicionado acerca do reparo/restabelecimento do serviço e a descrição detalhada da resolução do chamado, com análise de causa raiz.

1.6.3.7. Na ocorrência de um problema que afete um conjunto de enlaces ou equipamentos de uma ou mais unidades prediais, deverão ser gerados registros para cada um dos elementos afetados. Nesta situação, deverá ser possível a abertura / fechamento de um único chamado que contemple, automaticamente, todos os registros gerados.

1.6.3.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitado, sua base de dados de chamados, conjuntamente com o modelo de dados, para que a CONTRATANTE possa gerar relatórios com a finalidade de acompanhamento, averiguação ou auditoria, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

1.6.4. **Relatórios gerenciais**

1.6.4.1. Sempre que demandada pela ANTAQ, a CONTRATADA deverá apresentar relatórios com o tráfego diário escoado pela rede com suas séries históricas, fornecendo subsídios para analisar o desempenho e as tendências de aproveitamento dos recursos de rede. Estes relatórios devem estratificar a utilização dos enlaces por tipo de tráfego (IP, portas, protocolos, classes de serviço), apresentando informações de banda utilizada e de volume.

1.6.4.2. Na apresentação dos relatórios de chamados ou de conjunto de chamados, deverão estar detalhadas todas as informações relativas ao chamado, como: chamados dentro ou fora do prazo, independentemente do status; e chamados reincidentes, contendo a contagem de sua reincidência.

1.6.4.3. A CONTRATADA deverá mensalmente, logo após ao fechamento do mês, para fins de atesto das faturas do mês que se inicia, fornecer ou torná-los disponíveis via web, relatórios de Nível Mínimo de Serviço contendo um descritivo do nível de serviço, bem como os enlaces que não atingiram as métricas, juntamente com os respectivos valores apurados de multa, glosa e/ou desconto, a serem aplicados na fatura do mês subsequente, para verificação e ajuste da CONTRATANTE dos valores cobrados pela CONTRATADA.

1.6.4.4. Os relatórios de Nível Mínimo de Serviço deverão ser entregues ou disponibilizados à CONTRATANTE juntamente com o detalhamento da fatura do mês corrente, em planilhas para revisão da CONTRATANTE.

1.6.4.5. O leiaute dos relatórios será definido conjuntamente pela CONTRATANTE e a CONTRATADA na época da implantação da solução de gerência.

1.6.5. **Nível Mínimo de Serviço**

1.6.5.1. Os indicadores de qualidade de serviços e respectivos limiares relativos ao desempenho da CONTRATADA, no que diz respeito ao atendimento dos níveis de serviço contratados, estão estabelecidos no Anexo C – Caderno de Métricas.

1.6.5.2. A CONTRATANTE acompanhará a gerência de rede, podendo realizar auditoria, fazer apuração dos indicadores de Nível Mínimo de Serviço, validar as faturas e gerenciar os contratos de prestação dos serviços. A CONTRATADA deverá disponibilizar, a qualquer instante, sua base de dados de gerenciamento e de atendimento, conjuntamente com o modelo de dados, para que a CONTRATANTE possa gerar relatórios com a finalidade de acompanhamento, averiguação ou auditoria.

1.6.5.3. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela integridade dos dados coletados e armazenados em seus recursos relativos à gerência e aos chamados registrados.

1.6.5.4. A periodicidade de aferição dos indicadores estabelecidos no Nível Mínimo de Serviço será mensal ou de acordo com o Anexo C.

5.

ANEXO C – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS)

1. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO

Todos os equipamentos devem ser dimensionados para suportar os requisitos informados na especificação técnica.

Para aferição da qualidade do serviço de conectividade contratada, serão considerados os seguintes indicadores:

2. INDICADORES

2.1 Índice de Disponibilidade Mensal do Enlace:

Indicador	Índice de Disponibilidade Mensal do Enlace (IDE)
Descrição do Indicador	A disponibilidade do enlace corresponde ao percentual de tempo, durante o período de um mês de operação, em que um enlace esteve em condições plenas e normais de funcionamento.
Finalidade	Garantir o máximo de tempo de operação normal do enlace.
Fórmula de Cálculo	<p>$IDE = [(T_o - T_i) / T_o] * 100$, onde:</p> <p>IDE = Índice de Disponibilidade Mensal do enlace.</p> <p>T_o = Tempo de operação do enlace relativo a um mês inteiro, em minutos.</p> <p>T_i = Somatório dos tempos de inoperância dos serviços do enlace, durante o período mensal de apuração, em minutos.</p> <p>O intervalo de medida ou polling para esse indicador deve ser de 5 (cinco) minutos.</p>
Instrumento de Medição	A contratada realizará, por meio da solução de gerenciamento e monitoramento, a coleta e o armazenamento de informações a respeito de todos os enlaces pelo tempo de duração do contrato.
Acompanhamento	Relatório de Níveis Mínimos de Serviço com acesso via Web e planilha.
Periodicidade da Aferição	Mensal
Aplicação do Indicador	Todos os enlaces
Meta a cumprir	Disponibilidade Mensal Mínima: 99,4%
Descontos / Ajuste de pagamento / Glosa do IMR	<p>Multa: 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) do valor mensal do enlace indisponível por minuto de inconformidade apurada.</p> <p>Glosa: Desconto proporcional ao percentual do tempo em minutos de indisponibilidade do circuito no mês, aplicado ao valor mensal do enlace.</p>
Relatórios de Níveis de Serviços	<p>Mensalmente, ao encaminhar as faturas, a CONTRATADA, deverá apresentar um relatório, ou torná-lo disponível no portal de gerência, onde estejam apurados os somatórios dos minutos de interrupção de cada canal de comunicação, bem como, os respectivos cálculos de percentuais de disponibilidade, correspondentes ao período de faturamento mensal.</p> <p>A CONTRATADA deverá manter também registro dos eventos que, porventura, tenham provocado interrupções nos canais de comunicação, dentro do período do faturamento, que normalmente é de 30 (trinta) dias, de modo a justificar, perante a CONTRATANTE, a não consideração de tempos de inoperância causados por falta de energia elétrica, por ações/solicitações ou por manutenções programadas.</p>
Observações	<p>Considera-se inoperância de um enlace: a interrupção, a falta de conectividade, o mal funcionamento, a indisponibilidade dos dados de gerência ou qualquer outro problema que impossibilite o uso do link nas condições normais de operação conforme definido neste termo de referência.</p> <p>No cálculo deste indicador de disponibilidade, não serão consideradas as interrupções de responsabilidade da CONTRATANTE, como falta de energia, e nem os casos fortuitos ou de força maior.</p> <p>As penalidades originadas deste indicador deverão ser aplicadas como descontos na fatura do mês imediatamente subsequente ou ainda, em último caso, descontadas da garantia contratual e/ou cobradas judicialmente.</p>

2.2 Taxa de Perda de Pacotes:

Indicador:	Taxa de Perda de Pacotes (TPP)
Descrição:	A Perda de Pacotes representa a quantidade de pacotes perdidos fim a fim. É medida em percentual tomado como referência o volume total de pacotes que alcançaram o destino dentre o volume total de pacotes transmitidos.
Finalidade:	Garantir o mínimo de perda de pacotes na operação do link.
Fórmula de Cálculo	$PP = [(NPO - NPD) / NPO] \times 100$ <p>Onde:</p> <p>PP= Perda de Pacotes, em percentual. NPO= Número de pacotes enviados na origem. NPD= Número de pacotes recebidos no destino. A apuração da Perda de Pacotes deverá ser feita pela CONTRATADA sempre que a CONTRATANTE julgar necessário, entre origem e destino indicados, através do envio de no máximo 1000 (mil) pacotes consecutivos de 32 octetos, a uma taxa máxima de 1 (um) pacote por segundo, com tempo de resposta máximo (timeout) de 2 (dois) segundos, em um período de pelo menos 15 minutos de análise.</p>
Aferição	Sob demanda.
Limiares	Máximo de 5% (cinco por cento), para todos os enlaces.
Relatórios de Níveis de Serviços:	<p>A CONTRATADA deverá apresentar um relatório, ou torná-lo disponível no portal de gerência, onde estejam apurados os percentuais de perda de pacotes dos canais de comunicação solicitados pela CONTRATANTE. Para isto, a CONTRATADA terá como prazos máximos: 1 (uma) hora para iniciar a apuração; e 2 (duas) horas para disponibilizar os resultados.</p> <p>Caso a Perda de Pacotes apurada ultrapassar o limiar estabelecido, ou a CONTRATADA não atender aos prazos, tanto para iniciar a medição, quanto para disponibilizar os resultados, as penalidades previstas abaixo serão aplicadas.</p>
Penalidades	Multa: 5% (cinco por cento) do valor mensal do enlace por dia de ocorrência de inconformidade. Glosa: Desconto relativo aos dias de ocorrência de inconformidade, aplicado ao valor mensal do enlace.
Observações	<p>A CONTRATADA deverá permitir a auditoria das medições por parte da CONTRATANTE, que poderá, através do seu acesso de leitura aos roteadores CPEs, executar teste semelhante a fim de validar os resultados apresentados.</p> <p>As penalidades originadas deste indicador deverão ser aplicadas como descontos na fatura do mês imediatamente subsequente ou ainda, em último caso, descontadas da garantia contratual e/ou cobradas judicialmente.</p>

2.3 Latência de Rede (Retardo do Link):

Indicador	Latência de Rede (Retardo do Link)
Descrição:	A latência ou retardo do link é a medida do tempo gasto entre a transmissão do primeiro bit de um pacote na origem até a recepção do último bit do mesmo pacote no destino, em apenas um dos sentidos da transmissão.
Fórmula de Cálculo:	<p>Cada medida de latência instantânea deverá ser realizada através do envio de uma série de 5 (cinco) pacotes ICMP de 32 octetos, por vez. O valor da latência ou retardo do enlace a ser considerado neste indicador, será a média dos valores de latência instantâneos por hora e observando as fórmulas abaixo:</p> $L = (Li0 + Li5 + Li10 + Li15 + Li20 + Li25 + Li30 + Li35 + Li40 + Li45 + Li50 + Li55) / 12$ $Lix = [(Tr1/2) + (Tr2/2) + (Tr3/2) + (Tr4/2) + (Tr5/2)] / 5$ <p>Onde:</p> <p>L= Latência ou Retardo do Enlace. Lix= Latência instantânea medida no minuto x de cada hora. x= Minuto de medição por hora, para o intervalo de medida de 5 (cinco) minutos. Trn= Tempo de Resposta n, com n variando de 1 a 5.</p> <p>O tempo de resposta limite ou timeout, para um enlace terrestre será de 2 (dois) segundos. Assim, caso ocorra timeout em alguma medida, seu Tr será computado no valor de 2000 ms (dois mil milissegundos).</p> <p>O tempo de resposta limite ou timeout, para um enlace satelital será de 5 (cinco) segundos. Assim, caso ocorra timeout em alguma medida, seu Tr será computado no valor de 5000 ms (cinco mil milissegundos).</p> <p>O intervalo de medida ou polling para este indicador deve ser de 5 (cinco) minutos.</p>
Aferição	Diária
Limiares:	Máximo de 150 ms para todos os enlaces.
Descontos / Ajuste de pagamento / Glosa do IMR:	<p>Multa: 5% (cinco por cento) do valor mensal do enlace por dia de ocorrência de inconformidade.</p> <p>Glosa: Desconto relativo aos dias de ocorrência de inconformidade, aplicado ao valor mensal do enlace.</p>
Relatórios de Níveis de Serviços:	A CONTRATADA deverá apresentar um relatório, ou torná-lo disponível no portal de gerência, onde estejam apurados as latências instantâneas e em médias horárias, de cada canal de comunicação.

Mensalmente, ao encaminhar as faturas, a CONTRATADA, também deverá apresentar um relatório, ou torná-lo disponível no portal de gerência, onde estejam contabilizados os dias em que os retardos do enlace ultrapassaram os limites permitidos.

2.4 Prazo de alteração de Taxa de Transmissão de um enlace:

Indicador	Prazo de alteração de Taxa de Transmissão de um enlace
Descrição	Prazo de atendimento às solicitações de serviços que envolvam a alteração na largura de banda de um enlace, incluindo operações de aumento (upgrade) ou redução (downgrade) de taxa de transmissão/recepção e atualização dos dados no sistema de gerenciamento da CONTRATADA.
Fórmula de Cálculo	PAT = (Da - Ds), onde: PAT = Prazo de alteração do serviço (upgrade ou downgrade de banda) Da = Data de atendimento pela CONTRATADA, com aceite da CONTRATANTE. Ds = Data de solicitação pela CONTRATANTE.
Aferição	Mensal
Limites	Máximo de 15 (quinze) dias corridos, com adicional de mais 15 (quinze) dias quando houver a necessidade de alterações nas composições dos acessos.
Penalidades:	Multa: 5% (cinco por cento) do valor mensal do(s) enlace(s) afetado(s) por dia, ou fração, de atraso injustificado.
Relatórios de Níveis de Serviços	A CONTRATADA deverá apresentar um relatório, ou torná-lo disponível no portal de gerência, onde estejam apurados os tempos para atendimento às solicitações de serviços de alteração da taxa de transmissão de um enlace. O relatório deverá fornecer o tempo gasto para atendimento, o número do documento de solicitação e as datas de protocolo e de efetivação do atendimento realizado.
Observações:	Considera-se o adicional do prazo inicial de 15 (quinze) dias corridos apenas nos casos em que a CONTRATADA indicar, antes do término do prazo inicial, a necessidade de alterações nas composições dos acesso, que incluem o acréscimo de hardware, obras civis, troca de equipamentos de terminação, instalação de novos hardwares, ativação de novos canais físicos, entre outros pertinentes, e obtiver o aceite da CONTRATANTE. As penalidades originadas deste indicador deverão ser aplicadas como descontos na fatura do mês imediatamente subsequente ou ainda, em último caso, descontadas da garantia contratual e/ou cobradas judicialmente.

2.5 Prazo de desativação de um enlace:

Indicador	Prazo de desativação de um enlace (PDL)
Descrição	Prazo de atendimento às solicitações de serviços que envolvam a desativação de um enlace, remoção dos seus equipamentos e atualização dos dados no sistema de gerenciamento da CONTRATADA.
Fórmula de Cálculo	PDL = (Da - Ds), onde: PDL = Prazo de desativação do Link. Da = Data de atendimento pela CONTRATADA, com aceite da CONTRATANTE. Ds = Data de solicitação pela CONTRATANTE.
Aferição	Mensal
Limites	Máximo de 1 (um) dia corrido, para desativação do enlace e remoção da gerência. Máximo de 30 (trinta) dias corridos, para remoção dos equipamentos.
Relatórios de Níveis de Serviços	A CONTRATADA deverá apresentar um relatório, ou torná-lo disponível no portal de gerência, onde estejam apurados os tempos para atendimento às solicitações de serviços que envolvam a desativação de um enlace, remoção dos seus equipamentos e atualização dos dados no seu sistema de gerenciamento. O relatório deverá fornecer o tempo gasto para atendimento, o número do documento de solicitação e as datas de protocolo e de efetivação do atendimento realizado.
Penalidades	Multa: 5% (cinco por cento) do valor mensal do(s) enlace(s) afetado(s) por dia, ou fração, de atraso injustificado.
Observações	IMPORTANTE: Após o prazo máximo deste indicador, cessam os direitos da CONTRATADA de efetuar qualquer cobrança relacionada à prestação de serviços do enlace objeto de solicitação de cancelamento. Cobranças indevidas serão rejeitadas ou compensadas na forma de créditos na fatura do mês imediatamente subsequente. As penalidades originadas deste indicador deverão ser aplicadas como descontos na fatura do mês imediatamente subsequente ou ainda, em último caso, descontadas da garantia contratual e/ou cobradas judicialmente.

2.6 Prazo de reparo/restabelecimento de um enlace:

Indicador	Prazo de reparo/restabelecimento de um enlace
Descrição	Prazo de atendimento às solicitações de serviços que envolvam a desativação de um enlace, remoção dos seus equipamentos e atualização dos dados no sistema de gerenciamento da CONTRATADA.
Fórmula de Cálculo	Pr = (HDa - HDs) Onde: Pr = Prazo de reparo/restabelecimento de um enlace, em horas.

	HDa= Hora/Data de encerramento do atendimento pela CONTRATADA, com aceite do representante da CONTRATANTE. HDs= Hora/Data de abertura de solicitação feita pela CONTRATANTE.
Aferição	Mensal
Limiares	Máximo de 2 (duas) horas para o circuito dedicado de acesso à Internet. Máximo de 4 (quatro) horas para os enlaces da Rede WAN da ANTAQ.
Relatórios de Níveis de Serviços	A CONTRATADA deverá apresentar um relatório, ou torná-lo disponível no portal de gerência, onde estejam apurados os tempos para atendimento às solicitações de reparo/restabelecimento de um enlace. O relatório deverá fornecer o tempo gasto para atendimento, o número do documento de solicitação e as datas de protocolo e de efetivação do atendimento realizado. Os relatórios deverão fornecer, para cada enlace, os valores de tempo de atendimento gasto para reparo/restabelecimento do enlace com indicação das violações dos prazos e consolidação mensal por enlaces.
Penalidades	Multa: 10% (dez por cento) do valor mensal do enlace afetado por hora, ou fração, de atraso injustificado. Glosa: Desconto relativo ao percentual do tempo em minutos de indisponibilidade do circuito no mês, aplicado ao valor mensal do enlace.
Observações	As penalidades originadas deste indicador deverão ser aplicadas como descontos na fatura do mês imediatamente subsequente ou ainda, em último caso, descontadas da garantia contratual e/ou cobradas judicialmente.

ANEXO D – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Ref.: Pregão Eletrônico nº __/2023

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada no endereço _____, neste ato representada por _____, interessada na contratação de solução corporativa de comunicação de dados capaz de prover a interligação da Sede da ANTAQ às Unidades Remotas nos Estados (Rede WAN) e conexão à Internet, conforme especificações, quantidades, exigências e condições estabelecidas no edital e seus anexos, objeto do presente pregão propõe à ANTAQ a proposta de preços abaixo, nas seguintes condições:

Planilha de Custos e Formação de Preços

Item	Cidade da Unidade	CATSER	Tipo de Link	Banda Mínima de Acesso Garantida Internet (Mbps)	Valor Mensal do Serviço (M)	Valor total do Contrato (M)* 6 meses
1	Brasília-DF	26506	Internet	200	R\$	R\$
2	Brasília-DF	26506	MPLS	200	R\$	R\$
3	Belém-PA	26506	MPLS	10	R\$	R\$
4	Rio de Janeiro-RJ	26506	MPLS	10	R\$	R\$
5	Curitiba-PR	26506	MPLS	10	R\$	R\$
6	Florianópolis-SC	26506	MPLS	10	R\$	R\$
7	Fortaleza-CE	26506	MPLS	10	R\$	R\$
8	Manaus - AM	26506	MPLS	10	R\$	R\$
9	Porto Alegre-RS	26506	MPLS	10	R\$	R\$
10	Porto Velho-RO	26506	MPLS	10	R\$	R\$
11	Recife-PE	26506	MPLS	10	R\$	R\$
12	Salvador-BA	26506	MPLS	10	R\$	R\$
13	Santos-SP	26506	MPLS	10	R\$	R\$
14	São Luiz-MA	26506	MPLS	10	R\$	R\$
15	São Paulo-SP	26506	MPLS	10	R\$	R\$
16	Vitória-ES	26506	MPLS	10	R\$	R\$
				TOTA(IS)	R\$	R\$
					Valor Máximo Aceitável Total	R\$

1. PROPOSTA

1.1. Valor Total da Proposta: R\$ XXX.XXX,XX (valor por extenso);

1.2. A proposta é válida por (.....) dias partir desta data (no mínimo 60 dias);

1.3. Declaramos que nos preços apresentados acima já estão computadas todas as despesas e todos os custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, bem como já estão incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, fretes, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste pregão.

2. DECLARAÇÕES

2.1 Declaramos que estamos cientes e concordamos com todas as condições, obrigações, exigências e responsabilidades estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

2.2 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

2.3 Declaramos que teremos, no ato da assinatura do contrato, disponibilização dos equipamentos, ferramentas e corpo técnico especializado, para o fornecimento do objeto, conforme o § 6º, do art. 30, da Lei nº 8.666/93.

3. DADOS DA EMPRESA

- 3.1. Razão Social:
- 3.2. Nome Fantasia:
- 3.3. CNPJ:
- 3.4. Endereço:
- 3.5. E-mail:
- 3.6. Telefone:
- 3.7. Pessoa para contato:

4. DADOS BANCÁRIOS

- 4.1. Banco:
- 4.2. Agência:
- 4.3. Conta-Corrente:

5. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

- 5.1. Nome:
- 5.2. Cargo/Função:
- 5.3. RG e CPF:
- 5.4. Endereço:
- 5.5. E-mail:
- 5.6. Telefone:

(Local),de de

(Responsável/Representante Legal da empresa) - (CPF)

ANEXO E - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Ref.: Pregão Eletrônico nº __/2023

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

EMPRESA: _____ CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____ TEL: _____

NOME DO REPRESENTANTE: _____

ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL): _____

DECLARO, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº ____/2023, instaurado pelo Processo nº 50300.022166/2022-94, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010.

Estou ciente que a prestação dos serviços deverá respeitar as normas contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis disponibilizado no site da AGU no que couber.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente DECLARAÇÃO.

(Local),de de

(Representante Legal) - (RG e CPF)

ANEXO F – MODELO DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONSENTIMENTO QUANTO AO CUMPRIMENTO DA LGPD

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2023

Contrato nº ____/2023

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONSENTIMENTO QUANTO AO CUMPRIMENTO DA LGPD

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ estabelecida na cidade de _____, Estado de _____, no endereço _____, telefone nº (____) _____, por meio de seu representante legal, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF sob o nº _____, em cumprimento à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), DECLARA TER CIÊNCIA que:

1. Os eventuais dados pessoais relacionados à LICITANTE/CONTRATADA disponibilizados à CONTRATANTE para efeito de participação no presente certame e que possam ser exigidos para a execução contratual, serão tratados para finalidade específica, em conformidade com os termos do artigo 7º da Lei nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
2. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
4. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da participação no certame e eventual execução contratual, por inobservância à LGPD.

(Local),de de

(Representante Legal) - (RG e CPF)
(Nome da Empresa)
(Endereço)
(endereço eletrônico, telefone)

ANEXO G1 – MODELO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

Ref.: Pregão Eletrônico nº ____/2023

Contrato nº ____/2023

DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida na cidade de _____, Estado de _____, no endereço _____, telefone nº _____, e-mail _____, por meio de seu representante legal, _____, (nome do representante), portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF nº _____, indica o(a) Sr.(a) _____, RG _____, CPF _____, telefone de contato (.....)_____, como Preposto, para representá-la durante a execução do Contrato decorrente do referido pregão.

(Local),de de

(Representante Legal) - (RG e CPF)
(Nome da Empresa)
(Endereço)
(endereço eletrônico, telefone)

ANEXO G2 - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, sediada na SEP Quadra 514, Conjunto "E", Edifício ANTAQ, CEP: 70760-545 – Brasília – DF, CNPJ nº 04.903.587/0001-08, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º <nº do contrato> doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA - DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;
- VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro de BRASÍLIA-DF, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<div></div> <div><Nome> <Qualificação></div>	<div></div> <div><Nome> Matrícula: xxxxxxxx</div>
TESTEMUNHAS	
<div></div> <div><Nome> <Qualificação></div>	<div></div> <div><Nome> <Qualificação></div>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO G3 - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA**1 - IDENTIFICAÇÃO**

CONTRATO Nº		
OBJETO		
CONTRATADA	CNPJ	
PREPOSTO		
GESTOR DO CONTRATO	MATR.	

2 - CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO H1 - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**ORDEM DE SERVIÇO**

1 – IDENTIFICAÇÃO		
Nº da OS	Data de emissão	
Contrato nº		
Objeto do Contrato		
Início vigência	Fim vigência	
ÁREA REQUISITANTE		
Unidade		
Solicitante	Matrícula	
E-mail	Telefone	
GESTOR DO CONTRATO		
Unidade		
Gestor do Contrato	Matrícula	
E-mail	Telefone	
FISCAL(IS) TÉCNICO(S)		
Unidade		
Fiscal Técnico	Matrícula	
E-mail	Telefone	
CONTRATADA		
Contratada	CNPJ	
Preposto	CPF	
E-mail	Telefone	

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS					
Item	Descrição do serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde.	Valor Total (R\$)
1					
2					
...					

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS

Valor total estimado da Ordem de Serviço

3 – <INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES> COMPLEMENTARES**4 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS**

Data de Início:

Data do Fim:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA

Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
1			
2			
...			

5 – LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**6 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA**

Autoriza-se a execução dos serviços correspondentes à presente Ordem de Serviço, no período e nos quantitativos acima identificados.

ÁREA REQUISITANTE	GESTOR DO CONTRATO
<p>_____ <Nome> SIAPE: Local, <dia> de <mês> de <ano></p>	<p>_____ <Nome> SIAPE: Local, <dia> de <mês> de <ano></p>
CIÊNCIA DA CONTRATADA	
<p>_____ <Nome> <Preposto> CPF: <nº do CPF do preposto> Local, <dia> de <mês> de <ano></p>	

ANEXO H2 – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**1 - IDENTIFICAÇÃO**

CONTRATO Nº	
CONTRATADA	CNPJ
Nº DA OS	
DATA DA EMISSÃO	

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUME DE EXECUÇÃO**SOLUÇÃO DE TIC**

<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	<Descrição igual ao da OS de abertura>			
...				

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUME DE EXECUÇÃO				
TOTAL DE ITENS				

3 - RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “i”, da IN SGD/ME nº 01/2019, que os <serviços / bens> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos provisoriamente na presente data e serão objetos de avaliação por parte da CONTRATANTE quanto à adequação da entrega às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços ocorrerá após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA.

4 - ASSINATURAS

FISCAL TÉCNICO
<p>_____ <Nome do Fiscal Técnico do Contrato> Matrícula: xxxxxx</p> <p><Local>, <dia> de <mês> de <ano>.</p>
PREPOSTO
<p>_____ <Nome do Preposto do Contrato> Matrícula: xxxxxx</p> <p><Local>, <dia> de <mês> de <ano>.</p>

ANEXO H3 – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº			
CONTRATADA		CNPJ	
Nº DA OS			
DATA DA EMISSÃO			

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUME EXECUTADO				
SOLUÇÃO DE TIC				
<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	<Descrição igual ao da OS de abertura>			
...				
TOTAL DE ITENS				

3 - ATESTE DE RECEBIMENTO

Por este instrumento atestamos, para fins de cumprimento do disposto na alínea “f”, inciso II, e alínea “d”, inciso III, do art. 33, da IN SGD/ME Nº 1/2019, alterada pela IN SGD/ME nº 31/2021, que os serviços correspondentes à OS acima identificada foram

prestados pela **CONTRATADA** e atendem às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Termo de Referência do Contrato acima indicado.

4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à <OS/OFB> acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>).

Referência: <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

5 – ASSINATURA	
FISCAL TÉCNICO	FISCAL REQUISITANTE
<div><div></div><div><Nome do Fiscal Técnico> Matrícula: xxxxxxxx</div><div><Local>, <dia> de <mês> de <ano></div></div>	<div><div></div><div><Nome do Fiscal Requisitante> Matrícula: xxxxxxxx</div><div><Local>, <dia> de <mês> de <ano></div></div>

6 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO
GESTOR DO CONTRATO
Nos termos da alínea “e”, inciso I, art. 33, da IN SGD/ME nº 01/2019, atualizada pela IN SGD/ME nº 31/2021, AUTORIZA-SE a CONTRATADA a <faturar os serviços executados / apresentar as notas fiscais dos bens entregues> relativos à supracitada <OS/OFB>, no valor discriminado no item 4, acima.
<div><div></div><div><Nome do Gestor do Contrato> Matrícula: xxxxxxxx</div><div><Local>, <dia> de <mês> de <ano></div></div>

7 – CIÊNCIA
PREPOSTO
<div><div></div><div><Nome do Preposto do Contrato> Matrícula: xxxxxxxx</div><div><Local>, <dia> de <mês> de <ano></div></div>



Documento assinado eletronicamente por **Belmiro da Graça Soares, Coordenador de Infraestrutura**, em 12/05/2023, às 19:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Telvio Martins de Mello, Secretário de Tecnologia da Informação**, em 12/05/2023, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Morum Xavier, Secretário-Geral**, em 13/05/2023, às 00:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Assima Hallack Dreicon, Fiscal de Contrato**, em 15/05/2023, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **1924503** e o código CRC **A49DB2B1**.